

Nesse número, a *Diaphonía* entrevista o Professor Doutor Claudinei Aparecido de Freitas da Silva, ex-petiano e ex-tutor do PET, a quem muito somos gratos pelos anos de dedicação ao programa e à filosofia. Nossos mais sinceros agradecimentos pelo aceite do convite.

D [Diaphonía]

C [Claudinei Aparecido de Freitas da Silva]

D¹ – Poderia nos retratar a respeito de sua chegada na UNIOESTE, levando em conta sua biografia, interesse pela Filosofia e formação acadêmica?

C¹ – O meu primeiro contato com a Filosofia não se deu propriamente na universidade, mas no Seminário católico. Como se sabe, essa passagem torna-se um rito praticamente natural uma vez que tanto a Filosofia quanto a Teologia constituem elos intrínsecos dessa formação.

Entrei no Seminário Menor na Diocese de Apucarana, em 1986. Tal ingresso coincide com o ensino médio no Colégio Estadual Nilo Cairo, experiência que, diga-se de passagem, nem sempre é levada em conta quando se considera a formação acadêmica como um todo. Recordo-me que essa vivência foi, de fato, especialmente singular, pois, na época, o Colégio oferecia uma sólida formação, sobretudo em função do quadro docente qualificado já que uma parcela dos professores tinham mestrado além de atuar em universidades circunvizinhas. É verdade que a disciplina de Filosofia não constava na grade curricular, mas esse déficit era, em parte, compensado em regime interno no Seminário onde líamos e discutíamos textos filosóficos e obras literárias, além de aulas de metodologia científica, latim, italiano e música. Esse foi, sem dúvida, um primeiro passo realmente decisivo.

Após a conclusão do ensino médio no triênio (1986-88), uma segunda passagem sela programaticamente o contato mais direto com a Filosofia. Isso se deu no Seminário Maior, ou seja, junto ao IFA (Instituto Filosófico de Apucarana). Ali, por dois anos (1989-90), tive o privilégio de conviver com excelentes professores, grande parte, sacerdotes que possuíam bom preparo de cultura clássica. O curso de Filosofia oferecia uma formação mais eclética incrementando disciplinas de Antropologia, Sociologia, Psicologia, Teologia. Aliávamos essa formação com as atividades pastorais, mais especificamente a Pastoral da Juventude (PJ). Esse engajamento marca também o início de minha formação política. Eu tinha 20 anos de idade.

Houve uma grande reviravolta não só intelectual, mas pessoal, pois logo após o segundo ano no IFA, decidi abandonar a carreira eclesial e, com isso, a região onde nasci e me criei. Foi a partir desse momento que, entre várias possibilidades,

optei em vir para Toledo-PR, em 1991. Meu pai também morava aqui, fator que pesou muito nessa escolha. A UNIOESTE ainda não havia se constituído enquanto universidade. O atual *campus* era conhecido como FACITOL. O curso de Filosofia, no entanto, já existia há mais tempo, desde 1980, por uma iniciativa também da Diocese visando, prioritariamente, a formação de seminaristas.

O início da década de 1990 viria, portanto, consolidar o processo já em curso de estadualização das Fundações Municipais, culminando, por assim dizer, na concepção e estruturação da UNIOESTE. De 1991 a 1994, retomo então minha formação filosófica em meio a um ambiente novo, isto é, diferenciado e promissor haja vista também a formação altamente qualificada de professores que aqui estavam e outros que começavam chegar. Esse foi um período de grande efervescência, pois, de certo modo, coadunou com uma mobilização mais forte politicamente. Uma bandeira começa a ser hasteada em prol da criação de uma nova universidade. Como estudante participei ativamente desse processo; processo ao qual o curso de Filosofia exerceu um papel determinante. A Filosofia acompanhou, de perto, essa transformação vital do ponto de vista da verticalização e consolidação da UNIOESTE.

Ora, foi incorporando-se a esse ritmo de abertura político-acadêmica, especialmente, em nosso curso, que a criação do grupo PET, em 1992, se deu. Trata-se do primeiro programa do gênero gestado institucionalmente, que a exemplo de outras experiências nacionais, tem alavancado a formação acadêmica de graduação. É sob esse ângulo mais precisamente que a minha formação (como a de tantos outros) também se confunde com a história desse Programa. O PET tem motivado, desde a sua fundação, os estudantes no incremento de suas pesquisas, apesar de suas recorrentes crises enquanto Programa num espectro mais amplo das políticas públicas nacionais.

Ademais, minha formação acadêmica não parou aí. Na sequência, dei início a um novo projeto, o mestrado, realizado na Unicamp, entre 1996 a 2000, período que coincidia com o meu ingresso aqui na universidade como professor efetivo. Desenvolvi, portanto, a pesquisa ao longo de um quinquênio e, como resultado mais amadurecido desse lustro, foi publicado, em 2010, o livro, *A natureza primordial: Merleau-Ponty e o 'logos do mundo estético'*, temática trabalhada à luz de minhas pesquisas na área de fenomenologia. A partir de 2003, iniciei o doutorado na UFSCar, sob a orientação do professor Bento Prado Júnior e Luiz Roberto Monzani. Foi, de fato, outra experiência formativa memorável que também se estendeu por cinco anos materializando na obra, *A carnalidade da reflexão: ipseidade e alteridade em Merleau-Ponty*.

Poucos anos depois, entre 2011 e 2012, obtive, via a CAPES, uma bolsa de estudos para o desenvolvimento de estágio pós-doutoral na Université Sorbonne, em Paris, com Renaud Barbaras. Trata-se, sem dúvida, de mais uma experiência

única, em termos de intercâmbio, ou seja, de novos vínculos de formação e pesquisa em rede internacional.

Em resumo, a partir da experiência em sala de aula, provooco muito no sentido de que, na vida, a gente nunca se forma definitivamente em nada. É que estamos sempre em processo de formação. Esta é contínua já que aprendemos e criamos sempre.

D₂ – O senhor foi petiano bolsista quando era discente e também foi tutor do programa no último triênio. Levando em conta essa experiência, tanto como discente bolsista quanto tutor, como avalia a relevância do programa na formação acadêmica dos bolsistas que passam pelo programa; e na formação continuada enquanto tutor? Qual a sua perspectiva para o programa nos próximos anos?

C₂ – A relevância do programa para a formação acadêmica é altamente decisiva, ao meu ver. Aliás, quando foi concebido, em meados da década de 1970, “PET” significava “Programa Especial de Treinamento”. Como concepção inicial, havia, digamos, um caráter mais “especializado” dessa modalidade formativa, o que reformulou-se substancialmente já na década de 2000 passando, desde então, a denominar-se “Programa de Educação Tutorial”.

Trata-se, portanto, de um Programa que tem um diferencial importante em relação a outros Programas como o PIBIC, por exemplo. Enquanto o PIBIC se limita a um trabalho mais específico ou pontual do ponto de vista estritamente temático da pesquisa, o PET vai além. Ou seja: o PET consubstancia-se numa concepção mais ampla ou vasta, uma vez que não se restringe apenas a uma formação especializada a partir de um autor, de um tema, de uma obra, sob a tutoria ou orientação de um professor. É que o Programa se fundamenta naquilo que se convencionou chamar, no debate público da universidade, de tripé ensino/pesquisa/extensão. Assim, sem perder seguramente seu caráter de especialização, a proposta envolve outras atividades, tais como: estudo de idiomas, participação/organização de eventos, publicação, envolvimento com atividades ligadas ao ensino, ensaios didáticos de formação vinculados à área e, na medida do possível, atividades de extensão, que, na área de Filosofia, diferentemente dos demais campos disciplinares, reveste-se de outro perfil. A extensão é compreendida em nossa área a partir de uma ação mais republicana, isto é, no sentido de “publicizar” os resultados das pesquisas por meio de seminários, colóquios, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, intervenções no debate político, etc. Sob esse prisma, o espírito do PET assume um caráter, de fato, diferenciado uma vez que perspectiva uma concepção mais avançada e, portanto, engajada em termos formativos.

Cabe recordar que durante o governo FHC (1995 a 2002) um discurso tornou-se hegemônico no sentido de extinguir o Programa. Frente a isso, iniciou-se um movimento muito forte e intenso de resistência a toda política de cortes que chegara

a afetar, inclusive, outros programas estratégicos de formação. Lembro-me de ter ocorrido, à época, uma mobilização nacional enorme. Esse movimento caminhou junto com um outro, também importante, que pleiteava a implantação da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no ensino médio. Todas essas iniciativas trouxeram um avanço significativo para a retomada e fortalecimento do PET enquanto concepção e proposta.

Vocês, ainda, me perguntam quais as perspectivas futuras em relação ao Programa. A questão posta é, obviamente, providencial, pois exige de nós, na contramão da prática e do discurso vigente, uma análise de conjuntura mais sóbria e responsável. É que estamos atravessando mais um momento crucial da história do país em que se exige uma tomada de consciência, uma nova pausa para a reflexão e a ação. Vivemos um período de profunda apatia, letargia, seja do ponto de vista da sociedade civil, seja da perspectiva da escola, da universidade, da educação como um todo. Tudo se passa como se as pessoas estivessem “assistindo de camarote” a um espetáculo surreal, paralisadas por certo sentimento de impotência. Esse panorama realmente preocupa, pois se trata de projetar não só o destino do PET, mas de muitos outros programas. O PIBID e até o próprio PIBIC não escapam a esse quadro dantesco assolado por mais cortes estudantis. Não esqueçamos que, em 2016, sobretudo no segundo semestre, houve um atraso no pagamento das bolsas de Iniciação Científica. Até prevíamos que os acadêmicos as perderiam, em definitivo. Diante de toda essa instabilidade gerada, fica programaticamente difícil desenhar um futuro próximo quando mal sabemos para onde os ventos políticos soprarão.

Frente a esse contexto, prefiro cultivar uma expectativa mais promissora de que, em breve, o país possa recuperar aquilo que tem perdido nesses últimos três anos em função de tantas perdas como a de direitos trabalhistas. Essa é a esperança que projeto também em relação ao PET, ou seja, que as bolsas prossigam e, mais do que isso, que haja uma substancial revisão de seus valores (particularmente, para os acadêmicos), que, ainda, não mais atrasem verbas de custeio e que, enfim, os estudantes possam participar de eventos, mantendo, dessa forma, suas atividades mínimas de formação. O PET, ao lado de outros programas, tem sido uma âncora estratégica quanto à manutenção financeira do aluno. É uma bolsa cujo valor é irrisório, mas que, por menor que seja, termina por sustentá-lo e, com isso, assegurar o Curso. Temos uma concentração muito grande de estudantes carentes de cujas famílias mal conseguem provê-los. Não podemos fechar os olhos e fazer de conta que essa questão não é primordial; eu diria que trata-se mesmo de uma questão de vida ou morte da universidade.

D³ – Enquanto pesquisador e professor universitário, como avalia o avanço no campo da Filosofia, tanto nos cursos de pós-graduação quanto nos de graduação? Há ainda uma perspectiva positiva para a Filosofia no país? Há novos espaços para se conquistar? Quais são, em geral, os principais desafios?

C³ – Essa pergunta é bem oportuna! É desafiadora, porque envolve uma complexidade *sui generis*; há muitas variáveis, diversos aspectos a serem considerados. É uma questão que nos desafia a cada dia, especialmente nós que estamos na universidade e não trabalhamos somente com Filosofia. Trata-se de uma avaliação que reflete, substancialmente, o quadro mais geral da Filosofia no país, que, a meu ver, nas últimas décadas, tem realizado um progresso considerável. São 48 programas atualmente existentes no país em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado, somente na área de Filosofia. Quer dizer, esse dado estatístico, por si só, referenda esse avanço, espelhando a colheita dos louros num processo selado por uma conquista histórica sem precedentes. A Filosofia, portanto, cresceu e continua crescendo em todas as esferas. Esse é um saldo quantitativo, mas também qualitativo: a Filosofia se projeta não só numericamente, mas essencialmente enquanto um estilo próprio de elaboração, de reflexão.

Talvez o exemplo mais evidente e, portanto, concreto disso seja o nosso próprio Curso. Estou me reportando a um acontecimento, ao meu ver, impactante entre nós: a criação do mestrado, em 2005, e, o doutorado, em 2015. Essa conquista é fruto de um trabalho árduo, mas imensamente promissor para não dizer gratificante, resultado, portanto, de uma ação cooperativa entre os professores do colegiado. Esse empreendimento fortaleceu ainda mais outros projetos aqui concebidos como grupos de pesquisa, bolsas de iniciação científica, eventos e o aprimoramento do acervo bibliográfico da área, além de projetar nosso raio de ação numa abrangência interinstitucional como os GT's da ANPOF e a celebração de acordos e convênios com universidades estrangeiras. Sobre esse aspecto, a Filosofia tem dado indubitavelmente um salto significativo.

Ao mesmo tempo, à par dessa projeção, ainda persistem dificuldades e problemas: não se tem investido nas áreas de humanas em geral como se investe, por exemplo, nas áreas exatas/tecnológicas. Basta que acompanhem os resultados dos recursos que são destinados à pesquisa a partir de editais lançados por diferentes agências fomentadoras (CAPES, CNPq, Fundação Araucária) para perceber isso. Continuam saltando aos olhos sobre o quanto essas últimas áreas são bem mais privilegiadas do ponto de vista orçamentário. Esse continua sendo um gargalo insuperável.

Pode-se perguntar: o que explicaria um descompasso tão gritante? Um bom ensaio de resposta é que as ciências humanas têm, já por sua essência própria, um perfil mais específico, ou se quiser, uma temporalidade peculiar: os resultados de uma pesquisa em História, Literatura, Antropologia, Sociologia, Arte, Filosofia não são obtidos a curto prazo; jamais são imediatos, pois constituem “produtos” de médio e longo alcance. Um filósofo não atua como o operário numa empresa; não realiza um trabalho em série. É sob esse contexto que o produtivismo acadêmico pode ser pernicioso, uma vez que não combina muito com o perfil de um

pesquisador da área de humanas. É que os “produtos” filosóficos diferem, essencialmente, dos de um técnico, de um médico, de um engenheiro. O nó do problema reside na universalização desse critério sem levar em conta a diversidade das áreas. Ora, os prazos que as agências fixam para a formação rigorosamente acadêmica – mestrado, doutorado – são estabelecidos justamente desde uma demanda muito própria, inspirada no paradigma ou cânone das ciências exatas. Penso que, por conta dessa especificidade (que tornou-se modelo ou protótipo de pesquisa), o repasse de verbas, recursos ou investimentos nas áreas humanísticas têm sido prejudicado sensivelmente de um modo geral. Esse movimento se reflete, conseqüentemente, na cota de bolsas, na promoção de eventos, e até mesmo em políticas de intercâmbio.

Penso que não há como apreciar o lugar da Filosofia desconsiderando esse contexto insurgente. Isso é muito preocupante, porque hoje o que se assiste no cenário de economia pública em geral é uma política de linha de corte: corte de bolsas, corte de direitos trabalhistas. O discurso oficial midiaticamente assume o tom das reformas; vende-se a ideia de que a saída para a crise só é possível via ajuste fiscal, mesmo que, para isso, o orçamento destinado à educação sofra cortes necessários. Ora, isso incide diretamente na manutenção de pesquisadores, professores e servidores, via concurso público. O que alimenta essa prática é a analogia retórica de que a universidade é uma empresa. Tal qual uma máquina ou um organismo operacional, a universidade tem que gerir seus próprios recursos, isto é, ter capacidade de captar fundos e mundos. Não resta dúvida quanto ao teor dessa mensagem subliminar: o sucateamento e desmonte da educação pública, sintomaticamente, no caso da universidade.

Esse é, ao meu ver, o problema dos problemas. Ou seja, falta ainda uma percepção política, social, cultural mais efetiva, mais clara, no sentido de compreender que educação não é despesa, mas investimento. Nossos dirigentes, desde a câmara municipal até o Congresso, com raras exceções, atuam como “corvos” do fisiologismo parasitário que infestou a política há tempos; não têm qualquer compromisso com a educação, com a ciência, com a tecnologia, com a cultura, com a arte. Seus interesses se movem em torno de vantagens pessoais a serem obtidas. Não conhecem o país. Não amam o Brasil. Isso, a meu ver, é tanto trágico quanto cômico não só entre os brasileiros, mas internacionalmente falando. Daí a imperiosa necessidade de resistência, de luta em prol de uma universidade pública, laica, universal, gratuita e de qualidade de forma que a Filosofia tenha seu assento reconhecido, ou seja, sua cidadania preservada. Sobre esse aspecto, posso dizer, muito orgulhoso, que toda a minha formação, desde o ensino fundamental até à universitária, se deu pelo sistema público de ensino. Ao confessar isso, não estou, de modo algum, insuflando qualquer demérito pelas instituições particulares, até porque algumas delas são de altíssimo nível; têm uma longa tradição, como as

PUCs, por exemplo. Vale notar que, paralelamente às públicas, as universidades privadas também se ressentem gravemente por conta da atual crise. Chamo especial atenção a esse sentimento de orgulho por ter educação pública justamente porque se trata de algo quase sempre ignorado: é muito comum comparar tal ensino com o privado reverenciando o segundo em detrimento do primeiro. Essa depreciação, ao meu ver, só oculta ou camufla um problema mais sério do ponto de vista conjuntural.

Nisso recupero o que disse antes: a dimensão política é como um pano de fundo, sem o qual a gente não consegue pensar ou projetar um futuro próximo não só para a Filosofia, mas para qualquer outra área do conhecimento. Precisamos séria e urgentemente repensar nossas práticas e concepções, isto é, o modo de nos relacionarmos politicamente. Se quisermos, de fato, almejar algum avanço nessa direção, torna-se mister que haja uma resistência mais enérgica, tanto na escola quanto na universidade. Agora, se me permitem, gostaria de pôr um pouco “o dedo na ferida”, ou seja, de diagnosticar um ponto nevrálgico da universidade hoje: ela não está conseguindo criar. Falta diálogo; não há novidade. Nossos debates estão muito aquém do que poderíamos contribuir; estão fatalmente minguados, sectários. É no interior desse fatídico quadro que também se apresenta outro problema: a figura do intelectual. Ora, se reportarmos ao cenário europeu, particularmente na França durante as décadas de 1930-60, houve uma intensa presença do intelectual. Não me refiro somente às figuras de Sartre, Merleau-Ponty, Gabriel Marcel, Foucault, Deleuze e Derrida, mas a todo um movimento de vanguarda, um movimento de pensamento que se radia consideravelmente no domínio das artes. O intelectual não ficava apenas no bar ou numa biblioteca escrevendo, produzindo, limitando-se, quase sempre, às aulas. Ele tomava assento também na tribuna, incorporando o clássico espírito grego da ágora. O intelectual tinha uma presença política ativa. A célebre conferência de Merleau-Ponty, quando assume a cátedra em 1953, no Collège de France, que daria origem ao opúsculo *Elogio da Filosofia*, parece-me retratar bem essa atmosfera. O texto observa que a “academia se tornou um ambiente de pensamento enrugado, caduco” e, isso, “porque a Filosofia não cria mais”. Por que não cria? Porque não se arrisca, tem medo! Ora, quem, afinal, passou a assumir o lugar antes ocupado pelo intelectual? O apresentador de telejornal, de programas televisivos, de rádio, ou se quiser, os repórteres policiais e pregadores religiosos. São estes personagens que dominam o cenário público de discussão. É essa a casta que hoje forma a opinião pública. Não é mais o intelectual, a academia, a escola, mas a televisão, a mídia. Qual, então, a origem dessa inversão contemporânea de papéis?

É que nós intelectuais perdemos a consciência de que antes de sermos historiadores, sociólogos, antropólogos ou mesmo filósofos, somos funcionários públicos. Perdemos nossa consciência de classe, de categoria. A universidade está

pusilânime. A escola também. Temos medo, falta coragem para criar e repensar, inclusive, nosso espaço originário. A ágora nos assusta. O pensamento se ressentido da ação e a ação do pensamento. Ficamos indiferentes às suas implicações. Preferimos então o silêncio que nada cria, mas paralisa. Ora, nesse horizonte um tanto excêntrico, enquanto permanecermos letárgicos ou acuados, não haverá mudança. Para tanto, precisamos recriar novas formas e condições políticas, ou seja, carecemos de uma real renovação de ideias, valores, concepções e práticas. A melhor resolução de grande parte desses conflitos existentes perpassam primeiro por esse elemento como pano de fundo.

Esse me parece o maior desafio com o qual nos defrontamos e, ao meu ver, é aí que a Filosofia pode desempenhar um papel de primeira grandeza.

D⁴ – A partir da perspectiva que estamos vivenciando com a atual reforma do ensino médio, em que a Filosofia não está garantida enquanto disciplina obrigatória, mas sim como um tema transversalizado, como vê essa perspectiva e quais são os desafios para a Filosofia no nível médio nos próximos anos?

C⁴ – Essa questão se alia de certa maneira à anterior porque vai ao encontro de um dado curioso que, nas últimas décadas, venho refletindo com certa inquietação: quem manda na educação? Quem dita as regras? Em geral, são os “especialistas”. Utilizo aqui esse termo de forma genérica e mesmo irônica, porque se trata de figuras que não entendem absolutamente nada de educação, ou seja, não estão dentro das escolas, das universidades, dos institutos de pesquisa. Quem, afinal, seriam elas? Parlamentares, ministros, magistrados, secretários, assistentes. Portadores de algum treinamento ou não, fato é esses se habilitam em tomar decisões políticas à revelia da soberania popular ou de qualquer debate público. Comprazem-se em serem (perdão pela expressão grotesca) meros *burrocratas*.

Que nome se dá à prática de um governador que confisca 8 bilhões da previdência pública, um deputado que sai de uma pizzaria à noite com uma mala preta, um ministro que mantém quantias monetárias em apartamento, ou um presidente que compra o congresso? Só pode ser cleptomaníaca! Pois bem: é via esse *modus operandi* que a tal reforma do ensino médio é insidiosamente posta em curso sem qualquer escrúpulo. Esse “assalto” tenta se legitimar, a todo custo, sob discursos inflamáveis de ódio como a da “escola sem partido” ou “ideologia de gênero”. Ora, quem estão, de fato, ideologizando são os ditos “especialistas”. São eles os verdadeiros ideólogos. Incapazes de qualquer autocrítica consistente, apelam mais para a “cretinice” do que a “crítica” efetiva. São pouco receptivos às demandas educacionais, uma vez que não vivem o cotidiano de uma escola, de uma universidade. O cotidiano em que eles vivem é outro como os dos jantares regados a propinas.

É nessa direção, vale reiterar, que se torna impossível compreender o

pensamento descolado da ação, ou, se quiser, a teoria da prática. Só há um lugar legítimo de resistência, ou seja, um espaço real de esclarecimento: a escola, a universidade, os movimentos sociais, enfim, a sociedade civil. É essa instância que detém o legítimo assento nas decisões a partir do momento em que não mais reconhece ou se sente representada. Aqui, não estou insinuando nenhum gesto de romantismo político. A transformação não é uma miragem; é um processo histórico real, efetivo e, portanto, humanamente possível desde, é claro, que seja uma coletivamente construída. Trata-se de promover uma perspectiva mais realista dos problemas no sentido de tomarmos posição contra toda e qualquer usurpação cleptomaníaca.

Quando, p. ex., reporto-me aos movimentos sociais é porque entendo que estes também são agentes em tal processo, isto é, podem ser um espaço privilegiado de formação, um centro de excelência em que certas questões matriciais se colocam. Assim, penso que nas condições de pesquisadores, estudantes, docentes, intelectuais, artistas temos um papel decisivo nesse espectro. A questão primária a ser posta é a seguinte: qual é o grau, o nível de participação política que exercemos? Parece-me que ficar apenas no plano do ataque gratuito ou tão somente manifestar indignação assistindo o curso dos acontecimentos sem se levantar da poltrona, por si só, é pouco. É bem pouco, em particular, para nós que somos afetos diretamente à história do pensamento que nada mais é do que a história possível de toda crítica, de toda ação. Claro que as mídias sociais podem ser um importante instrumento nesse processo, mas a verdadeira militância ou engajamento vai além, bem além de nossas idiosincrasias.

É esse desafio que a Filosofia, ainda mais nos tempos modernos, se vê confrontada. Nós que a cultivamos temos o dever, assim compreendo, de restituir sua essência, ou seja, seu originário e devido lugar cativo que foi, desde a época clássica, o espaço do debate, do combate (*pólemos*), da busca do consenso por mais difícil ou limitado que seja, sempre pela via democrática.